

Grupo de Discussão como Prática Grupal de Pesquisa Qualitativa: possibilidades abertas aos estudos organizacionais

Autoria: Christiane Kleinübing Godoi

O objetivo deste ensaio teórico-metodológico reside em apresentar e discutir a metodologia do Grupo de Discussão (GD), como prática grupal de pesquisa qualitativa, abrindo possibilidades posteriores para utilização no campo dos estudos organizacionais. Estruturam-se as seguintes etapas: alerta sobre o equívoco do entendimento da prática de GD como receituário; descrição sobre o que é GD e discurso grupal; diferenciação entre GD e *focus group*; discussão sobre os elementos técnicos do GD. Espera-se contribuir para a apresentação desta metodologia aos pesquisadores do campo dos estudos organizacionais e para o desenvolvimento do lugar do grupal nas práticas de pesquisa social.

I – Introdução

A relevância do grupo como instrumento de investigação utilizado em diversas disciplinas como antropologia, sociologia, psicologia social, psicanálise, saúde, educação, políticas públicas, comunicação e marketing, nos remete historicamente aos experimentos de Elton Mayo, no início dos anos 1930. A partir da segunda metade dos anos 1940 entram em cena o enfoque psicodramático de Lewin, e Moreno e o grupo de encontro postulado por Rogers. Posteriormente, a psicanálise, com Bion, Winnicott e Anzieu, também teve uma influência grande no estudo dos grupos e das técnicas grupais (Gutierrez, 2008; 2009; 2011; Lapassade, 1989). A partir desses experimentos, investigações e autores, o grupo passou a ser um elemento chave para a pesquisa social.

A compreensão sobre a utilidade do grupo passou por uma evolução e diferenciação em virtude de diversas abordagens originárias de âmbitos distintos. Dessa forma, diferentes nomes são usados para referir-se a um mesmo tipo formal de grupo, entre eles o *focus group*, de origem anglo-saxã é o mais conhecido. A obra que popularizou a técnica nos âmbitos da pesquisa social e de mercado foi o texto clássico de 1956, *The focused Interview* de Merton, Fiske e Kendall (1990). Por outro lado, o termo Grupo de Discussão (GD) – tema deste ensaio – remete-se a uma técnica posterior que tem suas origens na Espanha a partir dos anos 1970.

As origens do Grupo de Discussão na Espanha estão ligadas ao contexto da história política do país e aos nomes da sociologia crítica de Jesús Ibáñez, Alfonso Ortí, Ángel de Lucas, Francisco Pereña e José Luiz Zárraga, assim aos trabalhos mais recentes de investigadores formados por eles (Callejo, 2001; 2002a; Dominguez & Davila, 2008; Gutierrez, 2011). No momento histórico de surgimento do GD, a sociologia espanhola estava predominantemente identificada com as práticas quantitativas da pesquisa de opinião, utilizando questionário (*encuesta*). O GD surge, então, como algo inteiramente novo, contrário ao formalismo instrumental da sociologia empírica e, como narra Callejo (2001), foi construído com os materiais críticos do momento: estruturalismo, psicanálise e Escola Crítica de Frankfurt. Em torno do Grupo de Discussão se estabelece uma boa parte da fundamentação metodológica dos partidários dos métodos qualitativos na Espanha (Lucas & Ortí *apud* Callejo, 2001).

Ibáñez, Ortí e De Lucas, fundadores também da chamada “Escola Crítica Qualitativista Madrilena” (Godoi & Coelho, 2011) refundaram teoricamente o grupo de discussão, iniciando sua prática na realização de estudos de mercado. Como recordam Sánchez-Pinilla e Legerén (2008), nos primeiros momentos, a prática do GD aproximava-se muito de um grupo terapêutico e o papel de moderador e intérprete dos fenômenos produzidos na micro-situação do grupo eram atribuições prioritariamente de um psicanalista. No entanto, esta proximidade e semelhança ao grupo terapêutico logo foi abandonada e o centro da análise passou a ser a macro-situação social dos participantes do grupo, sendo a figura do psicanalista substituída pela do investigador em ciências sociais.

Com relação à tradução sistemática, ocorrida em diversos países, de *focus group* por Grupo de Discussão, gerando uma confusa compreensão dessas práticas, Gutierrez (2008) é um dos autores que alertam que suas inúmeras diferenças epistemológicas e técnicas não podem ser reduzidas a questões linguísticas ou regionais que pouco afetam seu conteúdo. O Grupo de Discussão costuma ser popularmente considerado, de forma reducionista, uma versão mais flexível, aberta e menos diretiva de *focus group*. Entretanto, o aprofundamento metodológico e a observação prática da utilização da técnica conduzem à compreensão da diversidade de suas diferenças, ainda que se reconheça suas semelhanças aparentes. Iniciamos por dizer que o GD, de origem hispano-americana teve seu aparecimento posterior e desenvolveu-se, como concorda Gutierrez (2008; 2011), com uma sólida justificação teórica e identidade própria que o *focus group*, com marcado caráter positivista, não chegou a ter no âmbito anglo-saxão.

O GD não permaneceu reduzido à pesquisa de mercado, mas atraiu o interesse de pesquisas de diferentes campos das ciências sociais e humanas. Entretanto, não se tem conhecimento do uso desta forma particular de técnica grupal no campo dos estudos organizacionais. Da mesma forma, o Grupo de Discussão passou a ser utilizado em diferentes países da Europa e América Latina, porém no Brasil o conhecimento acerca desta prática entre as diferentes disciplinas do conhecimento ainda é bastante incipiente. Portanto, o objetivo deste ensaio reside em apresentar e discutir a metodologia do Grupo de Discussão, como prática grupal de pesquisa qualitativa, abrindo possibilidades posteriores para utilização no campo dos estudos organizacionais.

O ensaio está estruturado nas seguintes etapas: a) um alerta sobre o equívoco do entendimento da prática de Grupo de Discussão como um receituário de procedimentos técnicos; b) descrição sobre a noção conceitual de GD e de discurso grupal; c) diferenciação detalhada entre GD e *focus group*; d) explanação sobre os diferentes elementos metodológico-técnicos do GD, tais como, o desenho e a formação do grupo, o papel do moderador, a dinâmica do GD e, por fim, a análise e a interpretação do GD. Espera-se contribuir para a apresentação desta metodologia aos investigadores do campo dos estudos organizacionais que ainda não a conhecem, bem como para o desenvolvimento do lugar do grupal nas práticas de pesquisa social.

II - Entre o receituário e o amadorismo: a aplicação dinâmica da técnica.

Esta investigação teórico-metodológica surge fundamentalmente da oportunidade de vivência de um da pesquisadora em um reconhecido instituto espanhol de pesquisa social e de mercado. Trata-se, portanto, de um estudo de caráter teórico, porém motivado pela observação, uma vez que, como alerta Callejo (2001), para enfrentar-se a um grupo de discussão é conveniente ter presenciado, como observador, reuniões conduzidas por algum especialista. Os principais mentores desta metodologia acreditam que sua aprendizagem se dá principalmente por meio da experiência prática.

Da mesma forma que os demais métodos de pesquisa qualitativa, o GD não é considerado, ainda que por vezes possa transparecer neste ensaio, um conjunto de técnicas e procedimentos, mas sim uma prática de pesquisa (Canales & Peinado, 1994; Callejo, 2001; Gutiérrez, 2008; 2009). Gutiérrez (2009) explica esta distinção ao salientar que as técnicas são práticas grupais porque sua formulação e colocação em funcionamento dependem da situação concreta onde se aplica e dos propósitos concretos. O pesquisador, portanto, “ocupa a técnica” e reflete sobre ela (Canales & Peinado, 1994). O que aqui se pretende, ao sistematizar sobre o sentido da aplicação da técnica, por meio de seus autores, tanto precursores, quanto contemporâneos, não reside em entender o GD como receituário, manual, protocolo ou conjunto de procedimentos a serem aplicados cegamente e de forma independente do contexto particular, mas sim considerá-lo como prática dinamizadora na qual todo o aparato técnico se adapta e está condicionado à situação concreta de investigação (Ortí, 1986; Gutiérrez, 2008). Um dos conhecidos dizeres de Ibáñez, alerta que o GD não está sustentado por procedimentos, e que não se trata de prescrever como se faz tal coisa, mas sim as consequências de que ao fazer tal coisa, pode ocorrer outra.

Ainda que o pesquisador não conte com regras nem receitas padronizadas de aplicação mecânica, inflexível e fixa, isso não elimina, no entender de Ortí (1986), certa habilidade do pesquisador para manter sob controle o teatro que o grupo reproduz. Isso significa que ainda que o GD constitua uma “práxis artesanal”, o pesquisador não pode prescindir de um saber fazer pensado e sistemático que assegure a sua realização (Gutiérrez, 1999; 2008). Inclusive porque, ao cair no oposto do receituário, entrar-se-ia na aplicação despreocupada, ingênua e acrítica condutora da confusão conceitual e empírica entre as distintas técnicas grupais.

Estes riscos, quer de formalismo quer de anarquia, na prática do Grupo de Discussão – problema também inerente a outros métodos de pesquisa qualitativa – evidenciam e trazem à

tona outra grande dificuldade que tem a pesquisa e o ensino do GD: a dificuldade de mostrar e ensinar a técnica. Por este motivo, ainda que conscientes de que a prática do Grupo de Discussão deve superar a aplicação mecânica da técnica, não se pode prescindir de iniciar a sua discussão também em todas as suas peculiaridades técnicas.

III - O que é o Grupo de Discussão: o discurso grupal

Introduzindo a compreensão conceitual dessa prática grupal de pesquisa qualitativa, bem como de que consiste o discurso grupal, Alonso (1998) descreve de maneira simples que o Grupo de Discussão é um grupo artificial, convocado em função dos objetivos da pesquisa e controlado pelo pesquisador. Noutros termos, a finalidade do grupo reside em recuperar a participação ativa do sujeito na pesquisa, outorgando-se a liberdade para expressar sua opinião sobre o sentido de suas ações relacionadas à sua vida cotidiana (Manrique & Pineda, 2009).

É fundamental ressaltar que, em realidade, o grupo de discussão não constitui *a priori* um grupo, pois se trata de um “processo de reagrupação” (Ibáñez, 2003; Callejo, 2001). Explicando, poderíamos dizer que o movimento de desenrolar do grupo se dá entre o incentivo à reagrupação e o impedimento de que o grupo chegue a consolidar-se.

Tal processo acontece, na narrativa de Ibáñez (2003), em três níveis: a) integração pessoal, que se refere à busca da integração do sujeito no grupo; b) integração social, que trata da busca da posição do sujeito e c) integração sistêmica, que consiste na busca da integração do grupo no sistema.

Para entender o significado do discurso grupal, iniciamos por tomar as palavras de Alonso: “o grupo constitui um dispositivo de produção de textos, que serve de suporte a discursos e representações sociais” (p. 101). Essa sutil distinção entre texto – produzido no diálogo grupal – e discurso, aparece também em Callejo (2001), ao considerar que o grupo, em sua gênese e produção é um diálogo, porém, em seu resultado, é um discurso. Tal distinção desses dois momentos encontra sentido ao considerarmos que o discurso é uma construção do analista realizada a partir da análise das condições de produção do discurso. Entretanto, na concepção condensada de Ibáñez (2003), o grupo em si já consiste em uma “máquina de produção de discurso”.

Com a finalidade de garantir o diálogo entre os participantes, há duas questões que se impõem como fundamentais: a homogeneidade e a simetria. No entender de Sánchez-Pinilla e Legerén (2008), a simetria evita que apareçam relações de dominação existentes no espaço social e que poderiam impedir a existência do grupo como tal. Conceito semelhante, que contribui para a circulação de discursos é o da homogeneidade social (Callejo, 2002a) entre os participantes e que abordaremos melhor no capítulo 5.1.

Outra questão relevante ao entendimento do Grupo de Discussão e sua organização particular de sentido é justamente a necessidade de compreendê-lo como um *locus* de produção de sentidos coletivos originários e incorporados na trajetória social dos indivíduos. Dessa forma, ainda que o grupo seja considerado como um todo, e não como um somatório de indivíduos, Ibáñez (2003) alerta de que se trata no grupo de uma unidade mínima de interação social e, como tal, reproduz uma ordem social.

Por este motivo, ideologia, contradição e conflito são termos que atravessam as obras, textos e relatórios de investigação dos precursores do Grupo de Discussão, bem como a observação de suas práticas de condução de grupo. Isto porque na relação dialética que surge entre o investigar/mediador e o grupo, o discurso adquire seu sentido e possibilita a revelação do sistema ideológico subjacente, explica Ortí (1986). Um GD é um dispositivo de análise que depende do processo de “colocação em colisão” (Ibáñez, 2010) de diferentes discursos sociais. Trata-se de uma técnica na qual os conflitos sociais têm lugar privilegiado e, por este motivo, é capaz de captar a dimensão incoerente do discurso.

Para finalizar este breve capítulo sobre a concepção do GD, cabe ainda explicar que na obra de Ibáñez encontram-se, simultaneamente, dois registros, o sociológico e o psicanalítico. O primeiro refere-se aos modelos socioculturais de interação social e à experiência prática de pesquisa do autor, e o segundo é utilizado por ele na tentativa de legitimar metodologicamente à técnica. Portanto, em suas origens, o GD foi construído na articulação entre o campo social e libidinal (Criado, 1997; Sánchez-Pinilla & Legerén, 2008).

IV – Diferenciando Grupo de Discussão e *Focus Group*

Entrevista de grupo, grupo focalizado, enfocado, grupos nominais, grupo de peritos, grupos *delphi*, minigrupos, grupos triangulares e grupos de discussão formam um catálogo diverso de nomenclaturas utilizadas para técnicas grupais aparentemente semelhantes. O problema, no entanto, começa no momento em que as traduções do inglês ou do francês ao espanhol e ao português, por exemplo, começaram a considerar como sinônimos *focus group*, entrevistas profundas em grupo (*group depth interview*) e grupo de discussão, tal como denuncia Callejo (2001).

Do ponto de vista da técnica e da ferramenta, ou seja, da aparência formal, Grupo de Discussão e *focus group* mantém semelhanças entre si. Na síntese elaborada por Gutierrez (2011), ambas servem para produzir e registrar discurso grupal. Cabe aqui observar nossa discordância com a afirmativa de o grupo focal possa produzir discurso, mas sim opiniões segmentadas. No entanto, a semelhança entre essas técnicas não ultrapassa o plano formal e, portanto, não atinge o plano prático, tal como abordaremos neste capítulo, buscando analisar diferenças nas concepções teóricas, técnicas, metodológicas e epistemológicas.

Sobre as origens de ambas as técnicas, atentamo-nos principalmente sobre a leitura de Morgan (1996) para concluir que o *focus group*, originariamente chamado de entrevista em grupo, ou entrevista profunda em grupo, resultou de uma adaptação na maneira de aplicar a entrevista individual, com finalidade de facilitação na rápida obtenção de informação. Com uma gênese totalmente distinta, tal como já descrevemos, o Grupo de Discussão emerge num contexto de mercado e de consumo, com uma postura epistemológica crítica ao enfoque quantitativo predominante na época e influenciado pelo grupo terapêutico e pela psicanálise.

Ainda que posteriormente se tenha estabelecido modificação, distanciamento e autonomia do GD em relação ao grupo terapêutico e à psicanálise, faz-se necessário caracterizar melhor estes dois momentos, o do mimetismo inicial e o à independência, utilizando a explicação de Gutierrez (2011): em seus primeiros momentos, o GD atribuía à figura de um psicanalista os papéis de moderador da dinâmica e de intérprete dos fenômenos produzidos na micro-situação do grupo; em seguida, com o abandono dessa dependência, a prática do GD passou a dedicar-se aos fenômenos macro-situacionais e interpretados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Uma das questões práticas mais relevantes e que se faz necessário compreender nesta diferenciação entre GD e FC é o tema do consenso. Na explanação de Gutierrez (2011), o GD utiliza a cooperação dos participantes de forma que – a partir de discussões, matizes, silêncios, ecos da fala – o grupo consiga atingir ao final o consenso sobre os objetivos da investigação. O consenso, portanto, é o horizonte do Grupo de Discussão. Nossa experiência de observação direta, no entanto, nos leva a crer não ser o consenso uma tarefa fácil, mas sim incerta e que, de alguma forma, preocupa o investigador durante a condução da sessão. Em oposição, o *focus group* não visa o consenso final, mas sim que parte inicialmente de um consenso, ou seja, de uma compreensão e definição sobre o objeto já dada pelo mediador, que durante o processo grupal trata de recolher opiniões e informações sobre este fato. É com relação ao consenso, o conhecido dizer de Ibáñez (2003, p. 267) de que “o GD acaba onde o FG começa”.

Enquanto no GD assistimos a predominância do intercâmbio dialógico que dá sentido ao discurso grupal, no FC o que predomina é o produto verbal, o dado, que é então

reconhecido tecnicamente. O GD extrai discursos; o FC coleta dados (Morgan, 1996; Gutierrez, 2008; 2011). Essa ênfase na circulação de discursos como tendo valor máximo como representação do grupo assinala uma das principais diferenças do GD em relação a outras técnicas grupais (Callejo, 2002b).

Há, portanto, como observamos até aqui, toda uma lógica interna que justifica uma maior abertura do GD no que tange à dinâmica grupal, quando comparada à tendência diretiva do FC. Entretanto, cabe desde logo, alertar que não há uma distinção entre GD e FC que se possa justificar – tal como se vêm mantendo de forma equivocada – exclusivamente em virtude de dinâmicas de condução mais ou menos diretiva, como passaremos a explanar a seguir.

O que se pode afirmar, de modo um pouco mais complexo, é que o GD constitui uma “situação discursiva aberta”, contrária a qualquer “situação discursiva fechada” constitutiva do FC, para usar os termos de Gutierrez (2008). Cabe ressaltar que no Grupo de Discussão, a situação discursiva pode ser “aberta” (menor influência do moderador) ou também “dirigida” (maior influência do moderador). Explicando melhor, o moderador pode buscar promover o discurso livre e espontâneo, por meio da mínima intervenção, ou dirigi-lo. Porém, dirigir não significa fechar ou ordenar, mas sim orientar e canalizar o grupo, com o objetivo de evitar percursos improdutivos para o objetivo da pesquisa (Gutierrez, 2008). Essa dupla possibilidade começa por desmitificar a equivocada utilização do grau de influência do moderador como diferenciação exclusiva entre as duas técnicas.

A própria situação discursiva, explica Gutierrez (2008) é caracterizada, além do grau de influência do moderador, também pela proximidade ou distância do grupo do efeito conversacional dialógico (no GD) ou monológico (no FC). Na situação monológica o significado do discurso grupal é substituído pela mera constatação de categorias e relações previamente estabelecidas. Cabe ainda dizer que além de monológica, dependendo do grau de influência do moderador, a situação discursiva pode, na classificação de Gutierrez, ser também de dois tipos: “situação discursiva ordenada” (menor influência do moderador) ou fechada (maior influência do moderador) – raciocínio que completa como, por meio de uma única tipologia, pode-se modificar o entendimento tradicional dessas técnicas. Entretanto, a fim de permitir uma compreensão mais ampla do leitor das inúmeras diferenciações, de várias ordens, que se pode estabelecer entre GD e FC, elaboramos um amplo quadro comparativo-sintético, gerado a partir da análise da obra de vários autores.

Grupo de Discussão	Focus Group
Autor principal: Ibáñez	Autor principal: Merton
Paradigma teórico: dialética-estrutural	Paradigma teórico: positivismo
Aspiração à emancipação do grupo como sujeito, por meio da vinculação com técnicas de socio-análise e psicanálise.	Aproximação ao conhecimento do grupo como objeto, permitido pela vinculação com técnicas comportamentais e experimentais.
Liberação do discurso e interpretação del grupo.	Submissão do discurso e das interpretações grupais.
Início a partir do sem sentido interpretado pelo grupo.	Início a partir do pressuposto de um consenso discursivo prévio e aceitado.
Conversação: discussão em um acordo mútuo que comporta uma construção conjunta de sentido.	Debate: discussão tanto organizada como dirigida a partir experiências particulares
Aberto e flexível, permitindo mais abertura ao campo da observação.	Focalizado a aspectos concretos dos objetivos da pesquisa.
Interessa a espontaneidade do grupo, pois se pretende dar a oportunidade de que emerja o processo grupal de conversação que dará lugar a uma posterior análise do discurso.	Interessa a espontaneidade de quem participa, pois se atende mais ao processo interativo entre esses e às intervenções do moderador - debate que costuma ser submetido a uma análise de conteúdo contextualizado e não tanto de discurso.
Processo sinérgico pleno: as pessoas trabalham juntas, e não separadas, na manutenção da conversação; processo de manutenção constante de cada	Processo sinérgico condicionado: as pessoas trabalham tanto juntas quanto separadas com o moderador; suas intervenções e respostas a outros

individualidade através da própria ação coletiva.	participantes constituem espelho de confrontação para cada um.
Trabalha com resistências e impedimentos que sufocam ou encobre o discurso.	Trabalha com sugestões e proposta que ativam e acrescentam discurso.
Discurso grupal como intercâmbio verbal a produzir.	Discurso grupal como produto ou dato a registrar.
Apertura de espaços de continentes para “deixar falar” grupo.	Estabelecimento de conteúdos para “fazer falar” ao grupo
Busca-se a assunção grupal da responsabilidade (tratando de evitar a dependência do moderador) .	Impõem-se a dependência do grupo ao moderador
O moderador se assegura de que no grupo se produz uma única conversação.	O papel do moderador se caracteriza pela diretividade.
O moderador suscita uma conversação mediante uma técnica aberta: a) incitando a que fale quem permanece em silêncio e a que deixe falar quem não se cala e assim tratam de impor seu critério; b) repartindo o jogo, mas sem imprimir um ritmo determinado ao grupo; c) mantendo uma atitude de escuta e observação ativa.	As principais tarefas do moderador – tema que ser retomado no cap. 5.2 - são: a) ser um motor do grupo; b) lançar perguntas ao grupo e algumas vezes oferecer-lhe respostas, desde a posição de liderança; c) controlar o grupo (decidindo assim quem, quanto e quando intervém) para que os participantes não deixem de abordar os temas que lhes propõe.
O moderador da conta de sua estratégia para o tratamento dos objetivos. Não se constitui em algo fechado que há que seguir o pé da letra.	O moderador atende a uma discussão em forma de debate, incluindo tanto perguntas (em ordem pré-estabelecida) como materiais de estímulo, técnicas projetivas, tendo em conta que durante a sessão dificilmente poderá omitir-se nenhum aspecto que previamente haja sido negociado com a demanda do estudo.
O moderador trabalha com o sentido das ações técnicas (invisibilidade do moderador e sua dinâmica).	O moderador trabalha com as ações técnicas (visibilidade do moderador e sua dinâmica).
O moderador está por trás, deixando o grupo falar.	O moderador está pela frente, fazendo o grupo falar.
Reflexivo e crítico com a própria técnica e com o trabalho do moderador (importância da transferência) .	Reflexivo e crítico com as condições de observação e seus efeitos (importância da reatividade).

Figura 1: Comparación entre Grupo de Discusión e Focus Group

Elaborada a partir de: Sánchez-Pinilla & Legerén (2008); Dominguez & Davila (2008); Gutiérrez (2008; 2011); Colectivo IOE (2011).

Para finalizar este capítulo, caberia ainda mencionar uma característica postulada por Ibáñez (2003) que diferencia o GD de qualquer outra técnica que utiliza grupos como instrumento de manipulação. Há no GD um sentido reflexivo que permite que a técnica retorne sobre ela mesma e leve em conta os efeitos que a técnica produz, interpreta Gutierrez (2011). Surge neste contexto a mensagem de Ibáñez (*apud* Gutierrez, 2011) bastante conhecida na pesquisa social espanhola de que não se trata de prescrever como se faz tal coisa, mas sim as consequências de fazê-lo.

V - Desenho e Formação do Grupo

Neste capítulo discutiremos - além dos componentes principais do desenho dos grupos, a saber, o número total de grupos e as variáveis ou atributos que definem os participantes de cada grupo -, também questões que envolvem a convocatória, o tempo e o espaço da reunião.

Tal como em qualquer estratégia de pesquisa qualitativa, o desenho do GD é aberto e artesanal, ou, como mencionam Canales e Peinado (1994), consiste no momento mais arbitrário da pesquisa, uma vez que depende de decisões originárias da formação e da experiência do pesquisador. Em virtude dessa abertura e flexibilidade, Ibáñez (2010) não considera o desenho a parte mais importante da pesquisa, ainda que concorde tratar-se de um dispositivo que atravessa todo o processo.

Evidentemente, que seguindo a lógica da pesquisa qualitativa, a amostragem do GD – definição do número de grupos – não depende de critérios estatísticos, mas sim “estruturais” (ver, por exemplo: Canales & Peinado, 1994; Cano & Rubio, 2005; Manrique & Piñeda,

2009; Colectivo IOE, 2010) e, em geral, trabalha-se com um número pequeno de grupos. A amostra estrutural não é um conceito de simples compressão, pois envolve critérios de representação social e discursiva, além, é claro, dos objetivos do estudo. Para tomar os exemplos de Canales e Peinado (1994), buscaram-se nessa definição: variáveis sócio-demográficas (tais como, sexo, idade, classe social, região, dentre outras); relações ou tipos sociais (por exemplo, jovens ou adultos; jovens trabalhadores ou estudantes; operários, classes médias, etc); e, como dissemos, outros atributos oriundos dos objetivos da pesquisa.

Em nossa experiência de observação prática, também evidenciamos a presença, por vezes, de outras variáveis estruturais, como a opção religiosa e hábitos referentes a diferentes redes televisivas ou jornais. Todas essas variáveis definidas durante o desenho são cruzadas, a fim de constituir os grupos. Não há regras pré-definidas no que tange ao número de atributos, no entanto, os autores são unânimes em alertar sobre a necessidade da busca de “saturação” do campo discursivo. Além disso, lembram Canales e Peinado (1994) que uma norma que precisa ser seguida é a de considerar a “homogeneidade” no interior dos grupos, também com uma certa “heterogeneidade”, a fim de buscar tanto a simetria quanto a diferença no processo discursivo. Cabe assinalar que uma “fórmula” para a obtenção deste equilíbrio reside em combinar a homogeneidade social e a heterogeneidade das variáveis relativas ao processo de investigação. Também no interior dos objetivos da pesquisa reside a resposta para a definição do número de grupos a desenhar, isto é, uma determinada população pode ser mais ou menos homogênea em relação ao tema estudado.

É importante mencionar ainda as duas principais regras constitutivas do grupo em si: a) o tamanho do grupo deve variar entre cinco e dez participantes (Ortí, 1986; Canales & Peinado, 1994; Colectivo Ioé, 2010; Ibáñez, 2010); e b) os membros não devem conhecer-se previamente (Canales & Peinado, 1994; Alonso, 1998). Este último critério visa evitar que a intimidade prévia possa gerar inibição acerca de alguns temas, além do que, o grupo não pode preexistir à construção do texto (Ortí, 1986; Alonso, 1998). Quanto à maioria dos autores serem demasiadamente prescritivos acerca do limite de participantes de um grupo, a explicação oferecida, é originária da obra de Ibáñez (2003). Entende-se que dois ou três não constituem um grupo, mas sim uma relação embrionária e especular; e somente a partir de cinco, os canais de comunicação superariam ao número de participantes tornando possível a reunião grupal (Canales & Peinado, 1994). A recomendação geral de duração da reunião reside entre uma e duas horas. Entretanto, a nossa observação prática – retomando aqui a questão da possibilidade de abertura e flexibilidade do desenho – é de que, por questões de viabilidade e experiência do investigador, eventualmente, o grupo pode não seguir essas recomendações tão rígidas acerca do número de participantes e da durabilidade.

Definidas as variáveis constitutivas dos grupos e seu número de componentes, os participantes são selecionados e convocados de forma anônima. No campo da sociologia e dos estudos de mercado, costuma-se trabalhar com contatadores profissionais, uma vez que este contato precisa ser realizado por alguém diferente do pesquisador-moderador. Por certo que estamos falando de um nível societal de análise mais amplo do que o organizacional e que, no campo dos estudos organizacionais acadêmicos, tal regra precisaria ser adaptada. Ortí (1986) também recomenda que os participantes saibam o mínimo possível sobre os objetivos da pesquisa. Neste momento da convocatória já são estabelecidos os acordos sobre a confidencialidade e o anonimato, e, por certo, os dias, lugar e horário da reunião (Manrique & Piñeda, 2009).

Quanto às questões de local e espaço da reunião, a principal recomendação tecida pelos autores é que estes ambientes estejam separados do contexto da vida real dos participantes. Este consiste na situação mais habitual, no entanto, é dependente dos objetivos da pesquisa, o que é importante assinalar é que não se trata de garantir o local como um

espaço neutro, mas sim que ajude a acentuar alguns aspectos referentes às opiniões e à dinâmica grupal.

As demais questões técnicas tratam de condições que facilitem o diálogo, tais como, a utilização de uma mesa circular ou elíptica, com cadeiras, evitando a proximidade de sub-grupos categóricos e qualquer posto de proeminência destinado ao moderador (Ortí, 1986; Gutiérrez, 1999). Por certo, a presença de um gravador no centro da mesa ou de aparato de filmagem disposto na sala torna-se fundamental, uma vez que a transcrição literal do texto será necessária.

Muitas vezes não se realiza apenas uma reunião com cada grupo. Esta decisão inerente ao desenho e à experiência do pesquisador é também dependente do nível de saturação. No entanto, Ortí (1986) sugere que se definam, em princípio, duas reuniões por variável do estudo. Este número é hipotético, pois depende do surgimento de redundâncias ou, ao contrário, de fragmentações, novas ideias e discursos que impedem atingir o difícil consenso dentro dos grupos.

VI - O papel do moderador

O tema da pesquisa, objeto da reunião do grupo, só adquire sentido a partir do moderador, uma vez que este que o apresenta (Callejo, 2001). O moderador, em geral, é o próprio pesquisador, no entanto a literatura indica que pode ser também alguma pessoa que conheça o que se busca na pesquisa. Porém, existe unanimidade em torno do pensamento de Ibáñez (2003) de que deva sempre se tratar de uma pessoa desconhecida dos participantes, pois do contrário, o grupo já iniciaria com uma relação maior de confiança o que não interessa a essa prática. Tampouco, o moderador há que falar com os participantes antes do início da reunião. Tanto autores clássicos do GD, como Ortí (1986), quanto a observação prática, sugerem que durante a chegada de cada participante, nos momentos que antecedem o início da reunião, quem permanece junto às pessoas é alguém alheio à investigação.

Observamos também que após agradecer a presença dos participantes e iniciar a reunião apresentando, de forma genérica seus objetivos, o moderador conduz as seguintes falas: explicação da dinâmica da reunião; advertência de que os participantes é que estruturam o tema a partir de seus valores, crenças, opiniões e experiências. Esta abordagem inicial é confirmada na literatura por Ortí (1986); Gutiérrez (1999), que acrescentam ainda a necessidade de alertar o grupo de que seu papel como moderador é apenas conduzir tecnicamente a reunião.

Na prática, os estilos de moderação variam bastante entre os pesquisadores e são dependentes, por certo dos objetivos da reunião. Apresentam-se, por exemplo, de forma mais aberta quando se trata de buscar representações sociais e discursivas, e um pouco mais diretivas diante da necessidade do momento da pesquisa de vincular os participantes diretamente ao objeto. Tais estilos, quase invariavelmente, também percorrem um eixo de diretividade do início ao final da reunião, com aumento a partir da segunda metade. No entanto, no GD trata-se sempre de uma situação discursiva “dialógica aberta ou dirigida”, nunca “fechada ou ordenada”, tal como já discutimos no capítulo IV.

Na dinâmica de articulação entre o moderador e a conversação grupal, o primeiro ainda que constitua na pessoa que abre os caminhos para as falas, define as pautas e, com concebe Callejo (2001), converte-se no elo de circulação do discurso, abstém-se totalmente de emitir a sua opinião e participar do processo discursivo. Esta advertência de inúmeros autores, por exemplo, Ortí (1986); Callejo (2001); Manrique e Piñeda (2009) que impede o moderador de fazer parte do grupo e, principalmente, emitir juízos de valor verbais ou não verbais, é de extrema importância e exige tempo de aprendizagem e treinamento por parte do pesquisador.

O que cabe sim ao moderador é devolver ao grupo seu discurso, tal como em uma função de “espelho”, para utilizar a expressão de Callejo (2002). Há também, na recomendação de Ortí (1986) três casos em que deve o moderador intervir: quando o grupo

derive a outro tema; em uma situação de agitação, isto é, alteração entre os participantes; e quando um líder, ou pessoa que tente ocupar qualquer situação hierárquica, monopolize a situação. Sobre esta última situação, que na prática da pesquisa se verifica constantemente, Canales e Peinado (1994), ponderam de que não se trata de calar totalmente o líder, mas de controlá-lo para que o grupo continue a existir. Para controlar situações como esta é que o líder constitui e deve manter sua autoridade no grupo no qual opera como motor.

Uma vez que ao líder não é permitido opinião e participar diretamente da conversação, uma dos principais momentos de angústia, especialmente dos iniciantes na técnica dizem respeito ao silêncio (Canales & Peinado, 1994; Gutiérrez, 1999; 2001). Tais autores, como pesquisadores experientes, orientam que há que se suportar o silêncio e deixar que a angústia seja transferida ao grupo, a quem cabe romper o silêncio.

Acerca dos inevitáveis conflitos emergentes no grupo, Callejo (1998) recomenda que não há que se ter urgência em controlá-los, uma vez que se trata quase sempre de algo positivo, que só exige atuação do moderador quando ameaçam o grupo e provoca a iminência de sua ruptura. Ibáñez (2003) também alerta que não cabe ao moderar corresponder à demanda grupal ou ajudar o grupo a compreender a ausência de sentido de sua demanda. A experiência de observação prática mostra que os conflitos quase invariavelmente surgem de forma espontânea – uma vez que o grupo é a versão micro da sociedade - e que a habilidade de colocar o grupo contra si mesmo, apontar as contradições e conduzir a uma finalização consensual é uma arte.

Antes de encerrar este capítulo, acreditamos ainda importante sintetizar alguns alertas que envolvem o complexo papel e posição do moderador na condução do grupo. Para tanto, nos deteremos a uma elaboração de um breve quadro ilustrativo (Figura 2), originado da interpretação e síntese das principais recomendações dos autores sobre posturas as quais o moderador deve incorporar também aquelas que deve evitar. Tal resumo pode ser visualizado na Figura 2:

Posicionamentos Adequados	Posicionamentos inadequados
Estabelecer a movimentação do grupo, após haver deixado clara sua exposição e identidade inicial.	Estabelecer ou contribuir para a formação de contextos e conceitos que não sejam os estabelecidos propriamente pelos participantes.
Utilizar propostas de cenários possíveis, enquadrando o discurso na prática concreta dos participantes. Somente, ao final, pode-se relevar a as propostas pré-desenhadas.	Delimitar e impor os temas ou conceitos que não possam ser abordados ou tenham que ser descartados pelos participantes, por não se ajustem às vivências ou interesses dos sujeitos.
Não posicionar-se como uma pessoa de fora, mas sim como um prolongamento do discurso interno.	Comentar, por questões pessoais, ainda que seja brevemente, os aspectos tratados ao longo da conversação.
Solicitar a ampliação de contextos e contextos que os participantes se referem ao longo da conversação.	Discutir ideias, opiniões ou situações manifestadas pelos sujeitos caso pareçam incoerentes ou sem sentido ao moderador.
Incitar a ideia de que todo o conversado é importante e significativo para a pesquisa, assumindo o papel de escuta sensível e sensibilizante aos temas tratados.	Referendar ou invalidar pontos de vista.
Promover os comentários relacionados direta ou indiretamente com o tema da conversação, estimulando a tratar os temas colaterais que pareçam oportunos.	Evitar as rupturas e transições bruscas entre um tema e outro.
Chamar à participação os participantes que não falam.	Privilegiar a participação de especialistas ou preferentes.
Ser rigoroso e literal em reproduzir ou recordar aspectos das conversações e observações desenvolvidas.	Incitar o diálogo, perguntando ou pedindo ampliação de informação a partir de perguntas concretas sobre o tema em questão;

Figura 2: Posicionamentos adequados e inadequados do moderador

Fonte: Elaborada a partir de Callejo (1998); Gutierrez (2008)

Um dos sintomas de que uma reunião de grupo terminou, auxilia Callejo (2001) é quando, na percepção do moderador, os participantes se converteram em grupo, isto é, começam a ter consciência de grupo. O autor acrescenta que, neste momento de saída do discurso grupal, o moderador responsabiliza-se por sintetizar a produção discursiva, apontando as relações de coerência, incoerência e conexões de sentido entre os enunciados.

VII - A Dinâmica da reunião

Provocaremos neste capítulo um certo descentramento do papel do moderador, seu estilo de condução e principais funções no grupo, tal como abordado no capítulo anterior, para focalizar a dinâmica da reunião em si, com ênfase em suas etapas, acontecimentos e materiais auxiliares. Ainda que estejamos conscientes de que a divisão elegida entre os conteúdos dos dois capítulos tenha somente finalidade de organização didática, uma vez que a condução da dinâmica da reunião está intrinsecamente relacionada ao papel do moderador.

Iniciaremos por abordar um instrumento que costuma ser controverso entre os pesquisadores que utilizam diferentes técnicas de pesquisa qualitativa. Trata-se da necessidade de lançar mão de um roteiro que auxilie a condução da coleta do material discursivo. Entre os autores favoráveis à utilização de um roteiro na condução do grupo encontram-se Gutiérrez (2001); Ibáñez (2003); Sánchez-Pinilla e Legerén (2008). O roteiro constitui um instrumento que, em geral, contém uma ordenação temática de tópicos originários dos objetivos da investigação, descreve Gutiérrez (2001). O autor acrescenta que se trata de uma listagem de questões a propor que sejam discutidas pelo grupo. Sugere, ainda que em sua estrutura, as temáticas sejam dispostas de forma sequencial, isto é, dispostas em um eixo de continuidade do mais vago amplo e vago ao mais concreto e preciso.

Ao passo que Gutiérrez insiste nas vantagens do roteiro, como, por exemplo, o fato de permitir ao moderador maior tranquilidade no percurso da reunião, o próprio autor adverte que em nenhum momento pode-se impor ao grupo todos os temas e, tampouco, a sequência, em que aparecem no roteiro. Apresentando uma postura mais receosa em relação à necessidade de roteiro estruturado, Callejo (2001) considera que um roteiro de perguntas condiciona o moderador e acaba por eliminar a flexibilidade e a possibilidade de adaptação da técnica ao grupo. O autor sugere então duas possibilidades: que se utilize apenas uma lista de temas a serem abordados na reunião a serem apresentados no momento em que pareça mais adequado; ou que o pesquisador conduza a reunião prescindindo do roteiro e somente com os objetivos da pesquisa e da sessão em mente. A oportunidade de vivência prática permite observar que estas considerações de Callejo (2001) são as que traspassam a experiência cotidiana dos pesquisadores, no entanto, por certo que há que se considerar a variação existente entre estilos de condução a dependência do tipo de objetivos da pesquisa. Um fato interessante observado na condução dessa prática foi, a marcação, por vezes, na lista geral de tópicos, de alguma temporalização entre os temas, a fim de garantir a consecução da reunião.

Decidida esta questão, a dinâmica da reunião inicia com a apresentação, por parte do pesquisador, da proposta inicial do tema. Na concepção de Ibáñez (2010), esta proposição pode ser realizada de forma denotada ou conotada. Para utilizar os exemplos do autor, a proposta denotada pode ocorrer de duas formas: no nível do tema (ex: cerveja para discutir cerveja); ou no nível superior (ex: bebidas para discutir cerveja). Já a provocação conotada, explica o autor, pode ser propondo um tema que leve ao tema, seja por metáfora ou por metonímia. O processo de observação da condução de grupos indica como opção mais frequente dos pesquisadores a denotada superior (ex. da nossa observação: televisão para discutir a percepção da imagem sobre a *cadeia x* de televisão).

Nesta intervenção inicial, portanto, a enunciação do tema por parte do pesquisador, como dissemos, em geral ocorre de forma bastante geral, apenas indicando os limites da discussão, sem fechar o conteúdo ou impor um sentido *a priori*. Esta abordagem que a uma primeira vista pode parecer deixar o grupo sem rumo, quando observada na realidade

empírica, o que ocorre é que o sentido, a delimitação e o foco, logo emergem da própria dinâmica do grupo. Além de concordarem com a generalidade da primeira enunciação Canales e Peinado (1994) levam em conta ainda outros dois aspectos que fazem parte da primeira fala do moderador: o enquadre técnico a ser realizado de um modo completo, conciso; e a necessidade de um enfático agradecimento aos participantes pela participação, evidenciando a importância de suas opiniões para o desenvolvimento da pesquisa. Este último aspecto, na concepção dos autores, objetiva promover a inflagem narcisista do grupo capaz de motivar à discussão inicial. Há outro dispositivo inerente ao processo grupal que suscita o desejo de discutir o tema, postulado por Ibáñez - em virtude da influência psicanalítica que transpassa sua obra – denominado de transferência/contra-transferência. O autor explica que desde a entrada do moderador em sala, produz-se, entre ele e o grupo uma rede de cumplicidade ou de enfrentamentos implícitos que necessita ser manejada favoravelmente à discussão.

As intervenções subsequentes do moderador podem ocorrer, por vezes, quando se trata de pesquisadores iniciantes, de três formas: repressiva, cúmplice ou “de espelho” (Ibáñez, 2010). Entretanto, Ibáñez adverte que somente esta terceira posição é a correta e que pode surgir de duas maneiras: por meio da devolução ao grupo do desejo manifesto; ou através da devolução, ao grupo de um desejo latente que fora interpretado pelo pesquisador. Observamos que, na maioria das situações práticas, há um predomínio da devolução apenas do desejo manifesto, ficando a interpretação somente para o momento da análise do discurso grupal.

A sequência da dinâmica grupal é exposta por Manrique e Pineda (2009) de forma sucinta e útil, uma vez que também fora por nós observada nas situações concretas. Num primeiro momento são estabelecidos os detonadores – termo utilizado para designar os temas gerais, já mencionados neste capítulo, que definem a linha condutora da reunião. Em seguida deriva-se aos sub-temas específicos, motivando a expressão de ideias, sentimentos, atitudes e experiências dos participantes. Por fim, os sub-temas específicos são lançados ao grupo sob a forma da devolução de expressões, frases ou ideias curtas a fim de discuti-los até o esgotamento.

Tais etapas da dinâmica grupal contêm diversas tarefas a serem realizadas que são subdivididas por Gutiérrez (2008) e sintetizadas aqui da seguinte forma: 1) fase de apresentação, em que são explicitados os papéis a desempenhar e o tema da discussão; 2) fase de consolidação, na qual se dá o aquecimento grupal e as primeiras elaborações discursivas; 3) fase de condução, durante a qual ocorre o aprofundamento dos objetivos da pesquisa e momento em que se pode apresentar os estímulos (se houver); 4) fase de fechamento, com recapitulação do que foi dito, perguntas e interpretações específicas, bem como, despedidas e gratificações.

Cabe abordar ainda aqui o fato de que em algumas práticas de grupo de grupo de discussão observamos a utilização de material facultativo durante a reunião. No entender de Gutiérrez, tais estímulos – produtos diversos, tais como, desenhos, filmagens, fotografias, músicas, etc. – são mais frequentes e devem ser apresentados ao grupo em um momento pertinente do contexto.

A complexidade da dinâmica da reunião envolveria ainda abordar diversos outros aspectos, tais como, a importância da presença física e, por vezes, silenciosa do moderador, lembrada por Gutiérrez (1999); a prática de utilização das mãos para suspender intervenções, observada na experiência prática e geradora de excelentes resultados. No entanto, para finalizar o capítulo optamos por analisar a situação geral de ansiedade em que constitui a reunião e da qual o moderador precisa dar conta e manejar tecnicamente. No entender de Gutiérrez (1999), trata-se da questão mais difícil de por em prática. Em síntese, o autor considera que a ansiedade por parte do grupo é originária do fato de as pessoas reunidas não se conhecerem, nem tampouco, conhecerem a situação grupal e sua proposta. Diante de tal

emoção, cabe ao moderador dissipá-la, sem mostrar confusão, e canalizá-la a fim de motivar e criar interesse para a realização do trabalho.

VIII - Análise e interpretação do discurso do grupo

Não existe uma forma única, nem tampouco regras ou modelos analíticos especiais para a análise qualitativa do discurso gerado por Grupos de Discussão. Dependendo dos objetivos da reunião ou da opção analítica do pesquisador, o discurso pode ser analisado dentro de qualquer abordagem discursiva ou “nível de aproximação do discurso”, para usar a terminologia de Alonso (1998), que pode também ser observada em Godoi e Coelho (2011). Trata-se dos níveis: informacional-quantitativo, que tem como exemplo a análise do conteúdo; estrutural-textual, no qual reside a análise francesa do discurso; e do nível socio-hermenêutico, representado pela análise crítica do discurso e pela análise sociológica do discurso. Uma vez que tanto a Análise Sociológica do Discurso (ASD) e o Grupo de Discussão tem origem na pesquisa social qualitativa espanhola, por certo que ASD consiste na prática analítica mais utilizada quando se trata de trabalhar com discurso grupal. Entretanto, não é objeto deste ensaio aprofundar a ASD e a metodologia predominante na Espanha de interpretação e análise de grupos, ou outras abordagens tradicionais de análise do discurso conhecidas no Brasil. Os procedimentos completos de ASD, com diversos exemplos de Grupos de Discussão podem ser observados na obra de Conde (2008) e também em relatórios práticos de pesquisa, tais como, Conde, 1996; CIMOP, 2009, 2010; Santoro; Gabriel & Conde, 2010. Trata-se aqui, portanto, apenas de abrir possibilidades de análise do discurso produzido pelos grupos.

Há, no entanto, que se destacar uma diferença fundamental entre análise do discurso produzido por outros tipos de fontes e a análise de grupos. Trata-se das condições de produção, isto é, da interação grupal que faz com a análise de grupos inicie com a construção do contexto interacional (Callejo, 2001). Outra distinção, apontada por Chávez apud Manrique e Piñeda (2009) reside no fato de que o analista de grupos não trabalha com variáveis *a priori*, e sim busca sempre construir categorias de análise *a posteriori*.

Abordando questões gerais presentes na análise de grupos, independente de pretender-se realizar uma análise temática ou uma análise sociológica, há um acordo entre os autores (ver, por exemplo, Callejo, 2001; Conde, 2008) de que a análise começa com as notas de pré-análise. Consistem em notas tomadas imediatamente após a reunião, com a finalidade de que não permaneçam apenas na memória.

Outro consenso entre os autores (ver, por exemplo, Ortí, 1986; Callejo, 2001; Gutiérrez, 2008; Conde, 2008) - ainda que nem sempre o tenhamos observado no contexto comercial, quando há limitações orçamentárias, ou não se pretende proceder uma análise do discurso, mas apenas gerar um questionário após os grupos – diz respeito à necessidade de gravação (ou filmagem) e transcrição literal de todas as sessões. Nas transcrições, observa Gutiérrez (2008), há que constar todas as marcas linguísticas, isto é, signos de pontuação, silêncios, pausas, entonações, gestos e risos, por exemplo, a fim de permitir a leitura e releitura do texto, a partir de um ponto de vista crítico do pesquisador.

Ainda que, conforme alertamos no início do capítulo, não se trate de uma sequência formal obrigatória, Callejo (2001) propõe etapas e fases gerais de análise dos grupos a serem realizadas após as transcrições e leitura sistemática do texto que são aqui sintetizadas a fim de oferecer um norte ao analista iniciante. A primeira etapa consiste em uma análise global da totalidade de reuniões, com vistas a uma primeira aproximação ao sentido da pesquisa. Nesta etapa, dois aspectos são importantes: passagem das intuições e sintomas surgidos nas notas pré-analíticas à estruturação de tema; início da construção do marco de legitimação dos discursos e discursos dominantes. Na segunda etapa, por sua vez, ocorre a passagem do global ao particular, analisando-se detalhadamente cada transcrição. A realização desta etapa, explicitada por Callejo (2001) é guiada por três fases: 1) análise estrutural e aberta do texto;

2) análise temática de cada reunião, buscando a posição dos grupos acerca dos principais temas, bem como semelhanças e diferenças entre essas posições; e 3) busca de refutação das conjecturas analíticas iniciais.

Em termos de processo de análise dos grupos torna-se imprescindível abordar os dois momentos postulados pelo principal mentor dessa técnica. Tanto na teorização de Ibáñez (2003), cuja primeira edição data de 1979, quanto na época inicial que marca os primeiros anos de prática do Grupo de Discussão na Espanha, os grupos eram analisados em dois momentos. No primeiro momento – momento psicanalítico – o diretor do grupo (um psicanalista) realizava uma análise micro-situacional, interpretando cada momento como emergente situacional. No segundo momento – momento sociológico – uma equipe de sociólogos procedia uma análise macro-situacional do grupo, interpretando cada situação interna ao grupo como uma situação externa ao grupo. Esta interpretação sociológica (e também teórica) é a única utilizada atualmente no campo da investigação social e do consumo e que nos foi possível observar. Ainda que a herança da influência psicanalítica que permeava a obra e os ensinamentos de Ibáñez tenha deixado resquícios que atravessam inevitavelmente a prática dos acadêmicos e profissionais que com ele conviveram.

Terminamos, lembrando o que foi dito no início do capítulo, ou seja, que não há regras para interpretação e análise do discurso. Porém, em obras mais recentes de Ibáñez (2010), bem como de diversos outros metodólogos (ver, por exemplo, Callejo, 2001; Conde, 2008) e, da mesma forma, nossa leitura de relatórios originários da pesquisa empírica, confirmam que o pesquisador inevitavelmente começa interpretando e termina analisando. Em síntese, interpretar implica em: desvelar um sentido oculto, escutar a realidade como se ela falara; perseguir não o significado manifesto que está no texto, mas, sobretudo, o que não está; por em jogo as intuições do pesquisador. Analisar, por fim, consiste em: decompor o sentido em seus componentes sem sentido; silenciar a realidade; e avaliar retrospectivamente suas intuições (Ibáñez, 2003; 2010).

IX – Considerações finais

A origem da técnica e prática do Grupo de Discussão é atribuída à obra *Más allá de la sociología. El grupo de discusión: teoría y crítica*, escrita por Jesus Ibáñez, em 1979. A partir deste marco, como narra Gutiérrez, cada vez mais a versão espanhola vem sendo considerada como uma técnica radicalmente distinta do grupo focal. Entretanto, fora da Espanha e da maior parte dos países da América Latina, o GD permanece ou desconhecido ou tratado quase como sinônimo do FC.

Tal como trabalhamos longamente no capítulo dois deste ensaio, não pretendemos com a descrição e análise dos elementos do Grupo de Discussão que, em algum momento, tal narrativa seja tomada como receituário formal e fechado. A aparência prescritiva acaba por tornar-se inevitável na maior parte dos textos teórico-metodológicos, ainda assim procuramos mesclar a experiência dos metodólogos estudados, com aquela dos pesquisadores contida nos relatórios de investigação utilizados e, principalmente, com a peculiaridade da oportunidade de vivência prática em um instituto de pesquisa espanhol. Tal prática de observação de vídeos de grupos de discussão, de grupos diretamente e de aprendizagem tácita com os pesquisadores que utilizam a técnica praticamente desde suas origens constituiu a principal fonte motivadora da sistematização aqui presente.

O aparente caráter prescritivo do texto justifica-se também por ser o GD, como a concebe Ibáñez (2003) uma técnica que se ocupa dela mesma, preocupada principalmente com o que faz ou com o que deixa de fazer a própria técnica. Ainda que não tenha sido a proposta e o espaço do artigo trabalhar com a teoria do conhecimento subjacente à técnica, caba sempre lembrar que uma técnica de pesquisa sem uma epistemologia que a sustente, arrisca-se a incorrer num conjunto de procedimentos vazios. Por ser o primeiro artigo de que temos conhecimento sobre GD no campo dos estudos das organizações, optamos por esta

delimitação de trabalhar com a explicitação da origem, o que é e o que é um Grupo de Discussão. Nosso objetivo final consistiu em, por um lado, desmitificar a confusa distinção entre o GD e outras práticas grupais de pesquisa qualitativa e, por outro, instrumentalizar os pesquisadores da área a sua utilização. Por certo que a experiência anterior do pesquisador com outras técnicas e estratégias de pesquisa qualitativa e análise do discurso são os fatores chave que permitirão manejar os diversos imponderáveis que surgem no momento da condução de um grupo.

Por fim, cabe dizer que as práticas de utilização do Grupo de Discussão não se restringem mais ao campo dos estudos de consumo onde tiveram seu início, mas estendem-se também às áreas de sociologia, política, movimentos sociais, educação, saúde, entre outras. Torna-se importante refletir porque nos estudos organizacionais – campo tão próximo tanto da sociologia quanto dos estudos de consumo – mantém-se ainda alheio a sua existência e restrito ao uso de escassas técnicas de pesquisa qualitativa.

X – Referências

- Alonso, L. H. (1998). *La Mirada Cualitativa en Sociología*. Madrid: Fundamentos.
- Anzieu, D. (1986). *El grupo y el inconsciente*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Callejo, J. (1998). Articulación de perspectivas metodológicas: posibilidades del grupo de discusión para una sociedad reflexiva. *Papers*, 56, 31-55.
- Callejo, J. (2001). *El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Callejo, J. (2002a). Grupo de Discusión: la apertura incoherente. *Estudios de Sociolingüística*, 3(1), 91-109.
- Callejo, J. C. (2002b). Observación, Entrevista y Grupo de Discusión: el silencio de tres prácticas de investigación. *Revista Española de Salud Pública*, 76(5), 409-422.
- Canales, M., & Peinado, A. (1994). Grupo de Discusión. In J. M. Delgado, & J. Gutiérrez (Coords.). *Métodos y técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Cano, M. S., & Rubio, J. L. M. (2005). Una Propuesta de Evaluación de la Calidad Universitaria desde la Perspectiva del Grupo de Discusión. *Circunstancia*, 3(8).
- CIMOP. (2009). *Las actitudes de la población española sobre la atención a pacientes con enfermedad en fase terminal y la eutanasia*. (Informe de resultados del estudio). Madrid: CIMOP.
- CIMOP. (2010). *El respeto a la diversidad sexual entre jóvenes y adolescentes. Una aproximación cualitativa*. (Informe de investigación). Madrid: Gobierno de España, Ministerio de la Igualdad.
- Colectivo Ioé. (2010) ¿Para qué sirve el grupo de discusión? Una revisión crítica del uso de técnicas grupales en los estudios sobre migraciones. *EMPIRIA: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 19, 73-99.
- Colectivo Ioé. (2011). *La práctica del grupo de discusión en la investigación social* (Oct-Nov). (Taller). Madrid: Colectivo Ioe.
- CONDE, F. (1996). *La vivienda en Huelva* (Informe de Investigación). Sevilla: Junta de Andalucía.
- Conde, F. (2008). Los Grupos Triangulares como “Espacios Transicionales” para la Producción Discursiva: un estudio sobre la vivienda en Huelva. In A. J. G. Lopez, & A. S. Pascual (Coords.). *Estrategias y Prácticas Cualitativas de Investigación Social*. Madrid: Pearson Educación, 155-188.

- Criado, E. M. (1997). El grupo de discusión como situación social. *Revista Española de Investigación Social*, 79(97), 81-112.
- Domínguez, M, & Davila, A. (2008). La práctica conversacional del grupo de discusión: jóvenes, ciudadanía y nuevos derechos. In A. Gordo, & A. Serrano (Coords.) *Estrategias y prácticas cualitativas de investigación social*. Madrid: Pearson Educación.
- Godoi, C. K., & Coelho, A. L. A. L. (2011). Análise Sociológica do Discurso: Aproximação dos Elementos Epistemológicos, Metodológicos e Técnicos ao Campo Organizacional. In *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35.
- Gutiérrez, J. (1999). Consignas para el despegue de un grupo de discusión: un modelo de presentación. *EMPIRIA: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, (2), 153-166.
- Gutiérrez, J. (2001). Elementos no-técnicos para la conducción de un grupo de discusión. *EMPIRIA: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, (4), 121-143.
- Gutiérrez, J. (2008). *Dinámica del grupo de discusión*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Gutiérrez, J. (2009). Técnicas grupales. In J. Callejo, C. Val Cid, J. Gutiérrez, & A. V. Rojas. *Técnicas grupales en Introducción a las técnicas de investigación social*. Madrid: Ed. Ramón Areces.
- Gutiérrez, J. (2011). Grupo de discusión: ¿prolongación, variación o ruptura con el focus group? *Cinta moebio*, 41, 105-122.
- Ibáñez, J. (2003). *Más allá de la sociología. El grupo de discusión: teoría y crítica* (5ª ed.). Madrid: Siglo Veintiuno Editores.
- Ibáñez, J. (2010). Como se realiza una investigación mediante grupo de discusión? In M. G. Ferrando, J. Ibáñez, & F. Alvira. *El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación* (3a ed.). Madrid: Alianza Editorial.
- Lapassade, G. (Org.). (1989). *Grupos, organizações e instituições* (3a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lucas, A., & Ortí, A. (1995). Génesis y desarrollo de la práctica de grupo de discusión: fundamentación metodológica de la investigación social cualitativa. *Investigación y Marketing*, 47, 6-9.
- Manrique, A. M. M., Pineda, J. M. M. (2009). La técnica de grupo de discusión en la investigación cualitativa. Aportaciones para el análisis de los procesos de interacción. *Revista Iberoamericana de Educación*, (49/3), 1-7.
- Merton, R. K., Fiske, M., & Kendall, P. L. (1990). *The Focused Interview: a manual of problems and procedures* (2a ed.). New York: Free Press.
- Morgan, D. L. (1996). Focus Groups. *Annual Review Sociology*, 22, 129-152.
- Ortí, A. (1986). La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. In M. García, J. Ibáñez & F. Alvira (Eds.). *El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación*. Madrid: Alianza.
- Sanches-Pinila, M. D., Legerén, A. D. (2008). La práctica conversacional de grupo de discusión: jóvenes, ciudadanía y nuevos derechos. In A. Gordo, & A. Serrano (Coords.). *Estrategias y prácticas cualitativas de investigación social*. Madrid: Pearson Prentice Hall.
- Santoro, P.; Gabriel, C. & Conde, F. (2010). *El respeto a la diversidad sexual entre jóvenes y adolescentes. Una aproximación cualitativa* (Informe de investigación). Madrid: Gobierno de España, Ministerio de la Igualdad.